



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo
dependente**

O AJUSTE FINANCEIRO NO GOVERNO TEMER COMO SAÍDA À CRISE: UMA LEITURA CRÍTICA

ELOÁ ALMEIDA DA COSTA¹

GLEIZIELLE NAYANE COUTINHO BRAZ DE ARAÚJO²

CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES³

RESUMO

Através de pesquisa bibliográfica e documental, este estudo objetiva analisar a conjuntura brasileira a partir do ajuste econômico implantado com o programa: “Uma Ponte para o Futuro” (2015), de modo a visualizar em dados empíricos, nos indicadores sociais de pobreza e desigualdade social, os efeitos das medidas adotadas pelo governo entre os anos 2015-2018.

Palavras-chave: Crise; Governo Temer; Ajuste Econômico; Indicadores Sociais.

RESUMEN

A través de una investigación bibliográfica y documental, este estudio tiene como objetivo analizar la situación brasileña a partir del ajuste económico implementado con el programa: “Uma Ponte para o Futuro” (2015), con el fin de visualizar, en datos empíricos, los indicadores sociales de pobreza y desigualdad social, los efectos de las medidas adoptadas por el gobierno entre los años 2015-2018.

Palabras clave: Crisis; Gobierno Temer; Ajuste Económico; Indicadores Sociales.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma síntese dos estudos sobre o tema,

¹ Universidade Federal da Paraíba

² Sede Bolsa Família

³ Universidade Federal da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adensados por meio de projeto de pesquisa⁴. Versa, particularmente, sobre o modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e as medidas de política econômica para responder à crise do capital no país a partir de 2015.

Ao longo dos dois últimos anos da pesquisa, demos prioridade ao estudo sistematizado do atual "modelo de desenvolvimento" do capitalismo brasileiro, marcado por uma formação social heterônoma (FERNANDES, 2008), que se constitui como a síntese recente da economia política de crise do capitalismo brasileiro, acelerada a partir de 2014.

Os estudos desenvolvidos na referida pesquisa tiveram como objetivo analisar a conjuntura brasileira, a partir do ajuste econômico implantado com o programa: "Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro" (2015), perfazendo análise a partir de pesquisa bibliográfica⁵ e documental sobre dados empíricos, para investigar os elementos que possibilitassem visualizar estatisticamente, através dos indicadores sociais de pobreza e desigualdade social, os efeitos das medidas adotadas pelo governo Brasileiro, tomando como referência os anos 2015- 2018.

Por meio de abordagem quali-quantitativa, orientada pela análise crítica em torno do objeto de estudo, buscamos conferir nova relevância às informações divulgadas por meio de relatórios institucionais de organismos de pesquisa, os quais buscam sistematizar um conjunto de dados e informações acerca da realidade.

Assim, analisando a realidade por meio de aproximações sucessivas, embasadas pelo método da crítica da economia política, trabalhamos com a coleta, tratamento e análise dos indicadores sociais referentes ao crescimento econômico do país (PIB-Produto Interno Bruto), renda, desemprego, pobreza e desigualdade social. Nossos empenhos basearam-se na perspectiva de apreensão da totalidade, fundamentada pelo conjunto de conhecimentos teóricos adquiridos por meio de leituras sistemáticas, estudos direcionados, organização e participação em seminários, análise criteriosa de relatórios e com base no acúmulo dos resultados de pesquisas anteriores (Araújo, 2023, p. 58).

Trabalhamos com o pressuposto de que a súpula política desse ajuste implicou no aprofundamento do receituário neoliberal em curso no país, com cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos públicos em serviços sociais, flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais, programa de privatizações,

⁴ Estudos sobre a temática, iniciados na pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq) desde o ano 2021 em interface com o Projeto de Pesquisa de Produtividade (CNPq) em andamento, intitulado: Crise e dependência: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016.

⁵ A pesquisa bibliográfica teve como base as referências catalogadas no banco de dados do software EndNote Web, criado durante a vigência da iniciação científica 2021/2022. O banco de dados é atualizado continuamente com base nos objetos de pesquisa, foi desenvolvido com o propósito de facilitar o acesso às referências bibliográficas mais utilizadas pelos pesquisadores do GEPET.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desregulamentação das relações trabalhistas, do sistema previdenciário e aumento da dívida pública. Medidas que compõem o tipo de política econômica adequada para assegurar a inserção periférica do Brasil no mercado mundial (Gomes, 2022).

Nesse sentido, inferimos que as medidas de ajuste econômico, como a EC 95⁶, a reforma trabalhista e da previdência, são algumas das expressões da barbárie do capital em tempos de crise. Seus efeitos são expressos nos indicadores sociais e demonstram o retrocesso nas garantias constitucionais de direito, a precarização e focalização dos serviços públicos, redução do escopo estatal e avanço do capitalismo financeiro em suas formas de extração de mais-valia da classe trabalhadora, tendo impacto redistributivo de renda e redução da participação do PIB nos gastos sociais.

Por fim, frente às questões que problematizam o objeto da pesquisa e extraindo delas as categorias analíticas de crise, capital financeiro e imperialismo como necessárias para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no país, analisaremos a conjuntura brasileira a partir de 2015 que evoca o programa e ajuste macroeconômico neoliberal como saída a crise, supondo que as determinações do ciclo econômico mundial, aprofunda o caráter dependente da economia brasileira, que avança na crise e se sustenta no plano histórico concreto da larga depressión (Roberts, 2016) do capitalismo em sua fase atual.

2. Crise permanente e as conformações atuais do capital em resposta

A configuração da crise aberta desde os anos setenta do século XX é determinante na formação de um novo bloco histórico em nível mundial, para responder às disjuntivas da acumulação capitalista no atual estágio de seu desenvolvimento histórico, centralizado pelo imperialismo, que tem no capital financeiro sua particularidade.

O ponto de partida de nossa reflexão considera que a crise aberta a partir de 2008, efetivamente consolida a formação de um novo bloco histórico a nível mundial que vinha se constituindo desde o ajuste neoliberal no final dos anos 1970, provocando assim uma rápida movimentação geopolítica para responder as disjuntivas da acumulação capitalista nessa etapa de seu desenvolvimento histórico. Centralizado pela ofensiva imperialista estadunidense os efeitos demolidores são múltiplos e conflituosos, não só do ponto de vista econômico e político, mas ao nível societário e civilizatório (Gomes, 2020, p. 87).

⁶ Emenda Constitucional 95/2016, que institui o “Novo Regime Fiscal”, conhecido como “Teto de Gastos”, que congelou por 20 (vinte) anos o acréscimo nos investimentos sobre as políticas de educação, saúde e assistência social. Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa caracterização histórica comporta elementos de um debate mais estrutural, que pressupõe o conceito de crise e abrange uma variedade de significados que se pode encontrar em análises marxistas de diversas procedências e fundamentos e que não cabe nos limites deste trabalho explicitar⁷. Importa saber, como categoria analítica, que o conceito de crise se define nos marcos do processo de acumulação, o qual revela em um nível mais complexo, as barreiras e os limites do capital para se expandir. Isso significa aportar uma perspectiva conceitual da crise, cujas características basilares nas circunstâncias atuais estão centradas no regime mundial de valorização financeira como lócus privilegiado da acumulação, que tem como base a oligopolização de grandes capitais, os quais impulsionam a formação de um capital financeiro.

Em sua crítica à economia política, Marx (2002, p. 191) nos ensina que “a produção de mais-valia ou a geração do excedente é a lei absoluta desse modo de produção” e alerta para o processo de concentração de capital que é, em última instância, o processo de reprodução ampliada do capital, onde a cada novo ciclo de produção aumenta o capital acumulado nas mãos do proprietário dos meios de produção, gerando assim uma concentração cada vez maior de capitais.

Nesse estágio imperialista, o capital financeiro vai assumir a hegemonia do capitalismo monopólico. Daí igualmente, a centralização e concentração do capital se tornarão cada vez mais acumulados pelos possuidores desse capital financeiro, com a formação dos trustes, cartéis e dos holdings, cuja intenção é alterar a composição orgânica do capital e interferir na lei tendencial à queda da taxa de lucros.

Cabe, sem exaustivas explicações, assinalar que a lei tendencial à queda da taxa de lucros, inscrita no cap. XIII do livro III de *O Capital* é no âmbito da teoria do valor uma das mais importantes para a análise do regime de produção capitalista, revelando a forma invisível e contraditória da acumulação. O valor excedente e a taxa de mais valia aparecem sob a forma de lucro e a taxa de lucro, que por sua vez, implica em um acréscimo da composição orgânica do capital, ou seja, um aumento da produtividade do trabalho e uma diminuição relativa do trabalho empregado.

Nesse sentido, pode-se dizer, de modo muito generalizado, que a tendência ao declínio da taxa de lucro, se realiza por meio da elevação da produtividade social do

⁷ CF. GRESPAN, J. Uma teoria para as crises. In: *Capitalismo em Crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. (org.) Arruda Sampaio Jr. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, pp. 29-55.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho e o correlato aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o investimento que os capitalistas direcionam para o capital constante (meios de produção) em detrimento do capital variável (força de trabalho ou soma global dos salários). Assim, a elevação da composição orgânica do capital é resultado do aumento das forças produtivas do capitalismo, ou seja, do progresso técnico- científico.

Portanto, ao valorizar por meio do trabalho vivo o valor constante do trabalho morto, através do mecanismo de aumento da produtividade do trabalho, o objetivo da produção capitalista alcança seu fim. E o faz diminuindo o valor do capital variável, aumentando a massa de trabalho não pago e aplicando produtivamente esse mais-valor, garantindo com isso o sistema de reprodução ampliada do capital (Gomes, 2020).

Assim, no marco do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, a dinâmica da acumulação, chega entre o final do séc. XIX e começo do séc. XX a uma etapa superior com a formação monopólica de capital, sob a hegemonia da oligarquia financeira mundial, fazendo atingir a sua fase imperialista.

Nos exames de Marx, no livro III d' *O Capital*, pode-se verificar uma análise originária a respeito do capital rentável identificado sob a forma de capital bancário, dívida pública e capital acionário, constituída na forma específica assumida pelo capital como portador de juros (capital especulativo parasitário); definido, com suas próprias palavras, como um "capital vadio à espera de aplicação" (Marx, 1984).

No estágio imperialista, o capital financeiro vai assumir a hegemonia do capitalismo monopólico, que se reveste de verdadeiras corporações capitalistas multinacionais, que operam respectivamente, através da concorrência da riqueza financeirizada e do capital produtivo, tendo como ponto de partida, justamente a desmedida pressão que "os ganhos especulativos exercem sobre o excedente-valor produzido" (Carcanholo, 2015, p. 286).

E por aqui se esclarece que a crise de 2008, não é uma particularidade exclusiva do capital financeiro, ainda que seu epicentro detonador tenha sido o colapso das hipotecas norte-americanas. A causalidade se encontra na lei tendencial a queda da taxa de lucros, como afirmamos anteriormente, refletindo profundamente as dificuldades crescentes de valorização do capital na esfera produtiva, o que conduz os capitalistas a valorizar seu capital na esfera financeira.

Acontece que essa saída do capitalismo de se liberar das esferas improdutivas e menos produtivas do capital, procurando criar condições inovadoras para iniciar uma nova



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fase de crescimento, através da financeirização, demonstrou-se impresumível, considerando que a recuperação da crise de 2008 se produziu de maneira muito limitada com um pífio crescimento do PIB mundial de 2%. “[...] A década precedente à pandemia, a de 2010, teve crescimento global médio de 3%, abaixo da década imediatamente anterior, de 3,4% por ano” (Ipea, 2022, p. 12).

Na sugestiva indicação de Montoro (2016), os ajustes do fundo monetarista que demarcaram a etapa neoliberal, constituíram a resposta do capital à irrupção da crise dos anos setenta e o retorno à normalidade do imperialismo. Do ponto de vista estratégico, a quebra das barreiras econômicas por via de mecanismos políticos, consistiu necessariamente, na maior liberdade para o capitalismo imperialista estadunidense estabelecer suas novas regras, com destaque às funções do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional - instituições financeiras reorientadas após o declínio do Bretton Woods - os quais impôs inúmeras reformas e ajustes estruturais, ocasionando saldos positivos para o capital.

Portanto, a súmula política desses ajustes implicou na padronização do receituário neoliberal que se seguiu nos anos 2000, com cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos públicos em serviços sociais, flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais, programa de privatizações, desregulamentação das relações trabalhistas, sistema previdenciário, entre outros.

3. O ajuste financeiro no Governo Temer: uma ponte para qual futuro?

Nessa sessão, apresentamos uma síntese, dos principais resultados provenientes dos dados coletados através de nossa pesquisa documental, extraídos do relatório final da pesquisa de iniciação científica⁸. Esses resultados evidenciam as implicações do ajuste econômico por meio de evidências empíricas, e constituíram a base para a análise qualitativa da crise brasileira, a qual se caracterizou pelo ajuste do capital financeiro no país no período de 2015-2018 (Araújo, 2023).

No percurso da pesquisa, pudemos inferir que os impactos da crise de 2008 e as modificações nas relações de produção e reprodução do capital no Brasil, a partir de 2016 - com a presidência interina de Michel Temer - se consolida, por meio do ajuste fiscal no país,

⁸ ARAUJO, G. N. C. B. Ajuste Econômico e Subdesenvolvimento no Governo Temer: As implicações do desmonte em dados empíricos. Relatório Final de Pesquisa. Edital 01/2022/PROPESQ. Seleção de projetos de iniciação científica 2022/2023 – modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sob as bases do rentismo e da especulação do mercado financeiro, difundido e estruturado nas iniciativas neoliberais ortodoxas (Costa, 2022). Na síntese de Gomes (2023, p. 2):

Ao longo dos dois últimos anos da pesquisa de iniciação científica – 2021-2023 demos prioridade ao estudo sistematizado dos planos de trabalho, os quais evidenciaram as mutações no "modelo de desenvolvimento" do capitalismo brasileiro, marcado por uma formação social heterônoma (Fernandes, 2006), que se constitui como a síntese recente da economia política de crise do capitalismo brasileiro, acelerada a partir de 2014 e que representa, por assim dizer, a síntese da "herança maldita" da transição democrática da Nova República, com seus limites estruturais no plano da organização do poder político de classe (Gomes, 2023, p. 2)⁹.

Como sinalizamos anteriormente, ao atentarmos para a conjuntura de crise que se instaura no capitalismo mundial a partir dos anos 1970, verifica-se que a urgência à lucratividade do capital, relaciona-se com a implantação de medidas contracionistas sob a égide do neoliberalismo, ancorado aos fundamentos da valorização da iniciativa privada e de um Estado mercantilizado, que garanta às condições próprias de um desenvolvimento desigual e combinado, que tem na desregulamentação das políticas e direitos da classe trabalhadora, seu objetivo central. Nesse cenário, o processo de financeirização do capital se sobleva como estratégia para retomada do padrão imperialista, como parte da mundialização do capital para as economias periféricas (Lima, 2019).

Ancorado nos fundamentos neoliberais, o capital vincula como justificativa de saída à crise, a reestruturação de suas bases produtivas e do Estado com a flexibilização de suas relações comerciais e financeiras, com fins na rapina do lucro em países economicamente dependentes. À vista disso, a política macroeconômica neoliberal:

[...] amplia os mecanismos que fazem com que uma parcela da mais-valia produzida pelas economias dependentes seja apropriada e acumulada nas economias centrais, exigindo do capitalismo periférico a maior elevação das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna (Melchior; Oliveira, 2017, p. 19).

No interregno da crise de 2008, o Estado brasileiro manteve a política macroeconômica neoliberal, como medida para manter a demanda agregada em um contexto de tensão. É importante considerar que as circunstâncias encontradas na última década pelos governos brasileiros na situação internacional foram esmagadoras (Gomes, 2020).

Os dados revelam que o Brasil não conseguiu manter um ritmo mais intenso de

⁹ Cf.: GOMES, C. M. C. Determinações do Ajuste Permanente no Brasil: Crise e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Projeto de Pesquisa. Crise e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Projeto de Pesquisa. Edital 01/2023/PROPESQ. Projeto de iniciação científica 2023/2024 – modalidade PIBIC-UFPB-CNPQ.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crescimento econômico sem produzir um déficit externo crescente. “A taxa de crescimento média anual do PIB real (3,2%) foi bem inferior à média secular (4,5%). O hiato é praticamente nulo, em torno de 0,03%” (GONÇALVES, 2013, p. 72). Influenciado pelo circuito das commodities, os registros indicam que houve melhora nos indicadores conjunturais da vulnerabilidade externa do país, afluindo um rápido ciclo de crescimento, que colapsou a partir de 2014. Começou, a partir daí, a generalização mais forte do ajuste fiscal, especialmente quando o governo Dilma Rousseff (2010-2018) anunciou os cortes no orçamento federal em 2015, para um montante de R \$ 69.9 bilhões do orçamento geral da União, como justificativa para equilibrar as contas públicas e atender à meta de superávit primário de R\$55,3 bilhões para aquele ano (ibid., 2020, p. 110).

Nesse sentido, o programa “Travessia Social - Uma Ponte para o Futuro” – implementado no Governo Temer (2015-2018) é um exemplo dos objetivos da política de equilíbrio fiscal já em curso no país a praticamente duas décadas e que “direciona a economia para um modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária, etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa” (Oeiro, 2019, p. 2).

Com efeito, as modificações nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro foram mais contundentes nesse período. Diante do argumento de que era preciso fazer mudanças estruturais, passou a crescer a grita de analistas econômicos e políticos por um pacote de medidas e ajuste ortodoxo neoliberal em defesa dos monopólios e contra os direitos dos trabalhadores e as pautas democráticas. “Ampliou-se, sobremaneira, o assalto ao Estado brasileiro por parte dos capitalistas rentistas” (Ouriques, 2018; Gomes, 2020, p. 119).

Nesse sentido, a agenda de desenvolvimento para o Brasil, contida no programa “Uma Ponte para o Futuro”, impôs um sistema rígido de transferência dos gastos correntes aos gastos financeiros, cujo carro chefe foi a Emenda Constitucional 95 (EC 95), também conhecida como “Teto dos Gastos Públicos”, que fixou o congelamento por vinte anos das despesas com políticas sociais, com ênfase nos cortes em saúde, educação e assistência social. Com a aprovação da EC 95, a Constituição brasileira de 1988 sofreu alteração para que se pudesse instituir o Novo Regime Fiscal.

Esta agenda compreende alguns elementos registrados no tripé: redução estrutural das despesas públicas, diminuição do custo da dívida pública e crescimento do PIB. Tais medidas seriam implementadas a partir de um orçamento inteiramente impositivo e de “base zero”; na recuperação dos investimentos estrangeiros de capital, concomitante à injeção no setor privado; uma política de equilíbrio fiscal que passa pela desvinculação das receitas sociais, a fim de apresentar crescimento dos valores de superávit primário e; pelo efetivo controle da dívida pública, diante do pagamento e pela redução das taxas de juros (Costa, 2023, p. 9-10).

Em termos de desenvolvimento econômico no país, observamos que o ano de 2012 registrou um crescimento de apenas 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), seguido por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relativo aumento em 2013 (crescimento de 2,3% do PIB), com uma estagnação de 2014 (com o crescimento de ínfimos 0,1%) e o grave recuo de 2015. Este último ano foi demarcado pela queda de 3,5% do PIB, configurando o pior resultado da economia do país desde a década de 1990 (IBGE, 2017). Na realidade, o ano de 2015 foi de grande recessão, volumosos déficits e aumento da dívida pública, o que justifica o assalto ao Estado brasileiro e as contas públicas. Nesse mesmo ano, o déficit primário foi para R\$ 114 bilhões e o déficit nominal foi para R\$ 616 bilhões (representando mais de 10% do PIB).

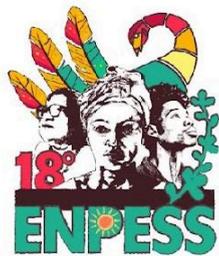
Importante destacar que, no Brasil, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB é uma métrica complexa que requer a integração de diversos conjuntos de dados, alguns dos quais são gerados internamente pelo IBGE, como o índice de inflação, enquanto outros provêm de fontes externas como o balanço de pagamentos fornecido pelo Banco Central. O IBGE desempenha um papel fundamental na coleta, compilação e análise de uma gama de dados econômicos e sociais para calcular o PIB, contribuindo assim para a compreensão da situação econômica do país (Araújo, 2023).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. [...] O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. (...) O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo (IBGE, 2023, s/p).¹⁰

Analisando as informações coletada por meio da nossa pesquisa documental e de acordo com as informações apresentadas na Figura 1, exibimos os resultados médios anuais, desde 2012, de três indicadores fundamentais para análises econômicas, qual seja: a taxa de variação do Produto Interno Bruto - PIB, do PIB per capita e do consumo das famílias¹¹. Os dois primeiros indicam a variação anual média da renda gerada na economia como um todo e por habitante, enquanto o terceiro revela o ritmo das despesas com bens e

¹⁰ Cf. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>, acesso em: 21 abr. 2023.

¹¹ Segundo Sistema de contas nacionais do IBGE, o consumo das famílias é estimado a partir da estrutura apurada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares. A despesa das famílias com consumo final é igual ao valor gasto por elas com a aquisição de bens e serviços usados para atender às suas necessidades e desejos. Essa despesa não inclui a compra de bens de capital como máquinas e imóveis (formação bruta de capital fixo) nem a de bens de valor, como joias e obras de arte (consideradas como "reservas de valor").



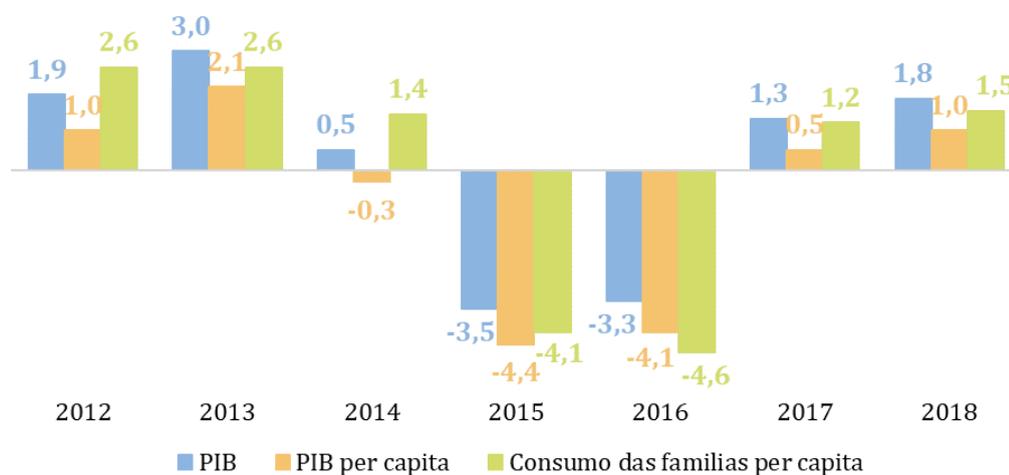
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serviços realizadas pelas famílias, ou seja, está fortemente relacionado à renda das famílias (Araújo, 2023).

Figura 1 - Taxa de variação anual em volume do PIB, PIB per capita e do consumo das famílias per capita - Brasil - 2012-2018



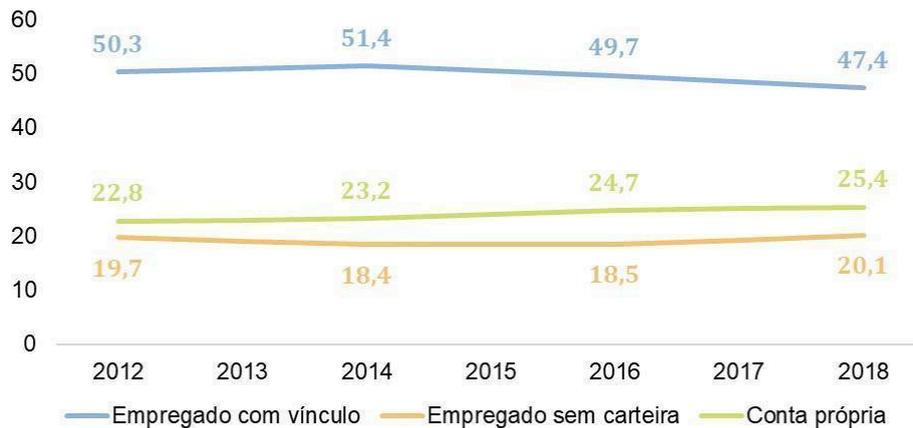
Fonte: IBGE, 2023. Elaboração de Araújo (2023)

De acordo com o recorte da pesquisa, inferimos que no biênio 2015-2016, os três indicadores sofreram significativas quedas. Já nos dois anos finais, houve uma modesta recuperação quando comparado aos anos do início da série. Ainda, nos dois anos finais foram registradas baixas taxas de crescimento do consumo das famílias.

Assim, nos quatro anos finais da série histórica, de 2015 a 2018, as taxas acumuladas de crescimento apresentaram variações negativas acumuladas de 3,7%, 7,0% e 6,0%, mesmo considerando a recuperação observada em 2017 e 2018 (Gráfico 1). Com relação ao Pib per capita, registrou no ano de 2016 R\$ 30.558,75 contra R\$ 29.466,85 de 2015. Em 2017, de R\$ 31.843,95 e de R\$ 33.593,82 em 2018. Durante 2015 e 2016 a economia entrou em recessão, já com impeachment consumado forneceu base para subsidiar os discursos da necessidade de ajuste fiscal, uma linha de política econômica pautada na urgência de controle de gastos (simbolizada na Emenda constitucional 95/2016, a chamada “Lei do Teto de Gastos”) que contribuiu para a estagnação na taxa de crescimento entre 2017 e 2018 (Araújo, 2023, p. 69).

Com relação aos indicadores do mercado de trabalho, as condições não se mantiveram favoráveis nem mesmo para os trabalhadores ocupados, tendo em vista que entre 2015 e 2018 houve uma queda brusca nas ocupações com vínculo formal, como na Figura 2.

Figura 2 - Participação dos trabalhadores com 14 anos ou mais de idade por categorias selecionadas de posição na ocupação - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2012-2018. Síntese de Indicadores Sociais, 2019

Com relação aos indicadores de renda, a razão entre os rendimentos médios dos trabalhadores com os 10% maiores rendimentos e dos 40% com os menores rendimentos (R10/40), é um indicador importante. A Figura 3 demonstra que até 2015 houve redução da desigualdade de renda do trabalho. No entanto, entre 2015- 2018, observou-se movimento contrário. Segundo a razão de renda, é possível inferir que em 2018, os 10% mais ricos recebiam 13 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos (Araújo, 2023).

Figura 3 - Razão entre os rendimentos médios de todos os trabalhos dos 10% com maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos, segundo a população ocupada - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2012-2018. Síntese de Indicadores Sociais, 2019

Outro fator que pode impactar no comportamento na distribuição de renda é a valorização/desvalorização do salário mínimo. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

Com o reajuste de janeiro de 2015, o piso foi fixado em R\$ 788,00, o que representou ganho real de 2,46%; e, em 2016, foi elevado para R\$ 880,00 - aumento real de 0,36%. Assim, entre maio de 2005 e janeiro de 2016, o aumento real acumulado do salário-mínimo foi de 72,98%. Nos dois anos subsequentes, entretanto, o percentual de reajuste que recaiu sobre o salário-mínimo foi inferior ao INPC-IBGE – 0,1%, em 2017, e -0,25, em 2018, impondo-lhe perda de 0,34% (DIEESE, 2019, p. 3).

Com relação aos indicadores de desigualdade, todos sabem que o coeficiente de Gini é a medida usualmente utilizada para calcular a desigualdade a partir da distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade da renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada). Assim, quanto mais próximo de um a medida estiver, maior é a concentração de renda na referida população (Araújo, 2023).

Conforme apresentado na Figura 6, o indicador apresentou tendência de queda entre 2012 e 2015, atingindo o menor valor neste último ano, 0,524. A partir disso, entre 2015-2018 o índice apresentou comportamento crescente, chegando a 0,545 em 2018, o maior valor da série apresentada.

Pudemos ainda rematar, com base nos indicadores levantados, que a partir de 2015 cresce a proporção de pobres até atingir 26,0% em 2017.

Com relação aos indicadores de pobreza, para fins de comparação internacional, o IBGE faz uso da medida padrão do Banco Mundial que utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países. A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, Purchasing Power Parity - PPP), o que representa a média das linhas de pobreza encontradas em 15 (quinze) dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda per capita. O Banco Mundial recomenda o uso das linhas de US\$ 3,20 (três dólares e vinte centavos) PPC para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) PPC para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com mais outros 46 (quarenta e seis) países. No caso do Brasil, tomando como referência o salário-mínimo do ano 2018, o valor US\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos), corresponde a R\$ 145,00 mensais. Enquanto, a linha US\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos), corresponde a R\$ 420,00 mensal (Araújo, 2023, p. 91).



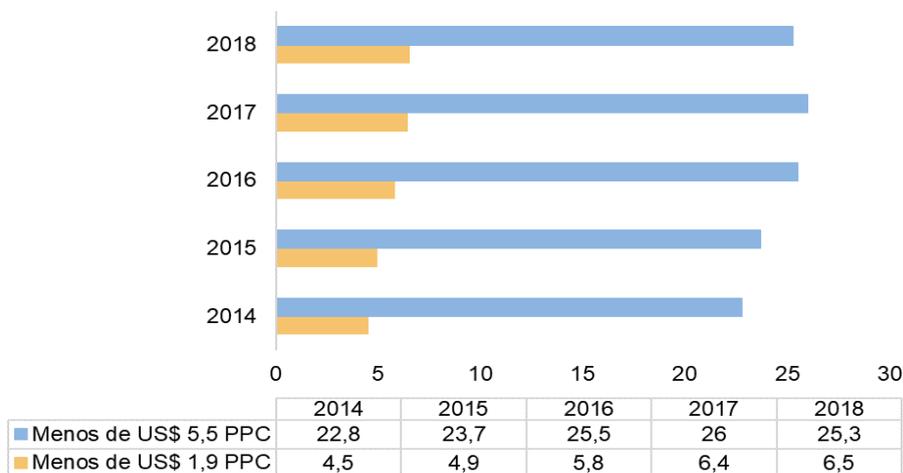
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

À vista disso, no Figura 4 é possível perceber o comportamento das linhas da pobreza. Na linha de US\$ 1,90 PPC por dia mostra que entre 2014 e 2018, houve um aumento de 2,0 pontos percentuais resultando em 6,5% da população brasileira com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC no ano de 2018.

Figura 4 - índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, 2012-2018. Elaboração de Araújo (2023)

Portanto, todos esses indicadores atestam de maneira contundente, que a agenda de desenvolvimento promulgada pelo Governo Temer, através do programa “Uma Ponte para o Futuro”, foi desastrosa para a classe trabalhadora, gerando taxas elevadas de desemprego, desigualdade social, pobreza e concentração de renda.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Considerações finais

Buscamos encontrar as determinações mais universais que sobrevêm sobre as circunstâncias presentes no Brasil, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo sob o regime de acumulação com dominância financeira e sob o avanço geopolítico do mercado mundial na busca por valorização de capital no transcurso da crise dos anos 70 até os dias atuais. Crise causada pela queda da taxa de lucro que é resultado das dificuldades cada vez maiores de valorização do capital e que se manifestou por meio do baixo nível de investimento e reduzido crescimento econômico mundial (Gomes, 2020).

No artigo, pudemos verificar que o ajuste financeiro, feito a partir da agenda de governo de Michel Temer (2015-2018), foi realizado no sentido de contornar a crise brasileira e representou a diminuição dos direitos dos trabalhadores, a redução do acesso a serviços públicos e a subtração do financiamento de direitos sociais que não chegaram a custar sequer 1% do total do PIB no Brasil, no período analisado.

Tentamos demonstrar que as diretrizes desse ajuste financeiro, foram na realidade de austeridade fiscal para as políticas sociais, a partir do teto de gastos, das desvinculações orçamentárias e desindexações dos salários e das rendas dos trabalhadores vinculados ao Estado, da Reforma trabalhista e da entrega das estruturas econômicas para o capital privado.

Constatamos, portanto, que o ajuste financeiro imposto a partir de 2016, configura como uma medida nefasta à sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que interessa mais, retomar as relações com o grande capital estáveis novamente, a despeito de serviços precários à população, que visa tão somente aumentar os lucros de empresas privadas e intensificar a produção de mais-valia, contra restando a queda tendencial as taxas de lucro, provocadas pela crise, que se aprofunda no Brasil a partir de 2014 (Araújo; Costa; Gomes, 2023).

Verificamos que essa agenda de desenvolvimento econômico ganhou materialidade, com o novo regime fiscal do “Teto de Gastos”; as reformas trabalhista e previdenciária e tantas outras iniciativas que visavam contrabalançar a tendência de queda da taxa de lucro. Seus efeitos se deram na redução do gasto público – em especial nas despesas sociais em saúde, educação e assistência social – com proporção do PIB, ao passo que não tratou da redução sobre as transferências constitucionais e isenções fiscais, das despesas financeiras



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e créditos extraordinários.

Como se depreende do exposto até aqui, a pesquisa revelou a partir dos dados indicadores sociais analisados, que só em 2018, aproximadamente 52,5 milhões de pessoas no Brasil, viviam com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 por dia, segundo o IBGE (2019).

Como conclusão, a investigação demonstrou um crescimento na concentração de renda pelos 10% mais ricos, a duras custas da parcela dos 40% mais pobres entre os anos 2015-2018, que sustentam o acirramento da estrutura exploratória do capital, a qual se assenta nas políticas de ajuste permanente no país, configurando-se como um conjunto de medidas nefastas à sobrevivência da classe trabalhadora.

Por fim, acreditamos que os principais resultados encontrados neste trabalho trazem novos elementos para o debate sobre a crise da economia política brasileira.

Referências

- ARAÚJO, G. N. C. B. *Ajuste econômico e subdesenvolvimento no governo Temer: As implicações do desmonte em dados empíricos*. Relatório Final de Pesquisa de iniciação científica, 2022/2023; modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2023.
- _____. COSTA E. A.; GOMES, C. M. C. O ajuste no Governo Temer: uma agenda para qual desenvolvimento? *Anais do Encontro Nacional e Internacional de Política Social. v. 1 n. 1 (2023): A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises*, 2023.
- BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (Df), v. 34, n. 17, p. 53-76, 2017. Semestral.
- CARCANHOLO, M. D. *Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira*. 2015. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Marcelo-Carcanholo.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- DIEESE. *Salário mínimo de 2019 é fixado em R\$ 998,00*. São Paulo, jan. 2019. (Nota Técnica, 201). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- COSTA, E. A. *Crise e Ajuste no governo Temer: Uma ponte para qual futuro?* Relatório Final de Pesquisa de iniciação científica, 2021/2022; modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2022.
- FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. *Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022*. 2023. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- GOMES, Cláudia M. C. *Crise e Dependência: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*. Projeto de Pesquisa Produtividade, CNPq, 2023-2026, 42fs.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. *O Capitalismo em crise: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*. Projeto de Pesquisa, 2022, UFPB/PIBIC/CNPq. 32fs.

_____. Crise, democracia restrita e golpe de 2016. *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.57. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5821>.

Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Crise e dependência: as contradições do (neo)desenvolvimento econômico no capitalismo periférico. In: Cláudia M. Costa Gomes. (Org.). *A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho potencial da crise brasileira*. 1ªed. Curitiba, Appris, 2020, v., p. 87-128.

GRESPLAN, J. Uma teoria para as crises. In: *Capitalismo em Crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. (org.) Arruda Sampaio Jr. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, pp. 29-55

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=210167>. 8. Acesso em: 10 fev. 2023

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2017. (Rendimento de Todas as Fontes 2017). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2018. (Rendimento de Todas as Fontes 2018). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

IPEA. *Carta de Conjuntura*, n. 57, 4 trimestre 2022.. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/11/221123_nota16_economia_mundial.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. *Carta de Conjuntura*, Jun. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/carta_de_conjuntura_2_7.pdf. Acesso em 08 jul. 2020.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, RJ, 36(1). 2002, p. 51-72. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>. Acesso em: 1 mar de 2023.

LUCE, M. S. Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. História de uma categoria. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul, 2011.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. Vol.1, ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro III, Rio de Janeiro, Boitempo, 2017. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1984.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- MELCHIOR, D.; OLIVEIRA, G. A. *Reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo: uma análise a partir da teoria marxista da dependência*. 2017. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC22/mc222.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- MONTORO, X. A. *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. 2. edición, Instituto Marxista de Economía (IME), Madrid, 2016. 720 p.
- NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, 2013.
- OEIRO, J. L., DE PAULA, L. F. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar*. 2019. Disponível em: <file:///Users/claudia/Downloads/AeconomiabrasileiranogovernoTemereBolsonarofinal280920191.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). *Uma Ponte para o Futuro*. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*. V. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.
- ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 375p.